

Público entende que tal se deveu aos antecedentes criminais desta. Outros acharão que terá antes sido devido à «inserção sócio-familiar» daquele, não apurada relativamente à arguida. Outros ainda que terá sido decisiva a conjugação dos dois factores.

É bom de ver que a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais não fica satisfeita com a mera possibilidade destas tentativas de «adivinhação» das razões que terão conduzido o Tribunal a, tendo o dever de ponderar a determinação da suspensão da pena de prisão, decidir não a decretar relativamente à recorrente. A imposição constitucional só fica satisfeita com formulação expressa das razões específicas dessa decisão, feita pelo seu próprio autor, em termos de habilitar o seu destinatário a, ciente dessas razões, se conformar com a decisão ou impugná-la de forma consciente e eficiente.

3 — **Decisão.** — Em face do exposto, acordam em:

- a) Julgar inconstitucionais, por violação do artigo 205.º, n.º 1, da CRP, as normas dos artigos 50.º, n.º 1, do Código Penal e 374.º, n.º 2, e 375.º, n.º 1, do CPP, interpretados no sentido de não imporem a fundamentação da decisão de não suspensão da execução de pena de prisão aplicada em medida não superior a 3 anos; e, consequentemente,
- b) Conceder provimento ao recurso, determinando a reformulação da decisão recorrida em conformidade com o precedente juízo de inconstitucionalidade.

Sem custas.

Lisboa, 18 de Janeiro de 2006. — *Mário José de Araújo Torres* (relator) — *Maria Fernanda Palma* — *Paulo Mota Pinto* — *Benjamim Rodrigues* — *Rui Manuel Moura Ramos*.

## UNIVERSIDADE DE LISBOA

### Faculdade de Letras

**Despacho n.º 4825/2006 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do conselho científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa de 1 de Fevereiro de 2006, são nomeados os professores a seguir mencionados para fazerem parte do júri de reconhecimento de habilitações ao grau de mestre apresentado pelo licenciado Paulo Jorge de Oliveira Mendes:

Presidente — Doutora Maria Angélica Varandas, professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.  
Vogais:

Doutora Maria Rita Queirós de Barros, professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.  
Doutora Maria Francisca Xavier, professora associada com agregação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

13 de Fevereiro de 2006. — A Presidente do Conselho Científico, *Fernanda Gil Costa*.

## UNIVERSIDADE DA MADEIRA

**Aviso n.º 2668/2006 (2.ª série).** — Pelo despacho n.º 8/R/2006, de 6 de Fevereiro, do reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, é constituído, de acordo com o estabelecido no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, o júri do concurso documental, aberto pelo edital n.º 755/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 24 de Agosto de 2005, para preenchimento de um lugar de professor associado do Departamento de Educação Física e Desporto da Universidade da Madeira, na área de Ciências do Desporto, na disciplina de Desenvolvimento Motor, nos seguintes termos:

Presidente — Doutor Pedro Telhado Pereira, reitor da Universidade da Madeira.  
Vogais efectivos:

Doutor Miguel Videira Monteiro, professor catedrático do Departamento de Desporto da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.  
Doutor José António Ribeiro Maia, professor catedrático da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.  
Doutor João Manuel Pardal Barreiros, professor associado da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Luís Augusto Marques Sena Lino, professor associado do Departamento de Educação Física e Desporto da Universidade da Madeira.

Doutor Rui Adelino Machado Gomes, professor associado da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade de Coimbra.

7 de Fevereiro de 2006. — A Administradora, *Maria da Graça Moniz*.

## UNIVERSIDADE DO MINHO

**Aviso n.º 2669/2006 (2.ª série).** — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

1 — Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho do reitor da Universidade do Minho de 6 de Dezembro de 2005, faz-se público que a Universidade do Minho pretende proceder à abertura de procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de director de serviços dos Serviços Académicos, nos seguintes termos:

2 — Área de actuação — compete ao director de serviços dos Serviços Académicos, para além do exercício das funções definidas para o cargo constantes do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, as previstas no artigo 48.º da resolução n.º 56/2004 (2.ª série), de 26 de Abril, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 119, de 21 de Maio de 2004.

3 — Requisitos formais de provimento — os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da lei supracitada:

- a) Ser funcionário público dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;
- b) Possuir seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;
- c) Possuir licenciatura.

4 — Perfil exigido:

- a) Possuir competência técnica e aptidão comprovada para o exercício de funções de chefia, coordenação e controlo relacionadas com Serviços Académicos.

5 — Condições preferenciais:

- a) Possuir experiência profissional comprovada, desenvolvida em universidade pública ou em serviços com missões enquadradas na área de actividade do cargo a prover;
- b) Possuir formação profissional específica para o exercício de funções dirigentes.

6 — Métodos de selecção:

- a) Avaliação curricular;
- b) Entrevista pública.

7 — Processo de candidatura — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento em folha de papel normal branca ou de cor pálida, de formato A4 ou papel contínuo, nos termos do Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril, dirigido ao reitor da Universidade do Minho, Largo do Paço, 4704-553 Braga, entregue pessoalmente na Direcção de Recursos Humanos, das 9 às 12 e das 14 às 16 horas, ou remetido pelo correio com aviso de recepção, no prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicitação da vaga na bolsa de emprego público.

O requerimento deverá ser acompanhado do *curriculum vitae* e dos documentos comprovativos dos requisitos enunciados nos n.ºs 3 a 5 e de outros elementos que o candidato entenda relevantes.

8 — Data da publicitação na bolsa de emprego público — 3 de Março de 2006.

9 — Composição do júri:

Presidente — Mestre Luís Carlos Ferreira Fernandes, director de serviços dos Recursos Humanos da Universidade do Minho.  
Vogais:

Licenciado Mário Luís Dias Forte Pelaio, director dos Serviços Académicos e Administrativos da Universidade de Aveiro.

Licenciada Maria Isabel Ferreira da Silva, directora dos Serviços Académicos da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

13 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

## UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

### Reitoria

**Despacho n.º 4826/2006 (2.ª série).** — Por despacho reitoral de 7 de Fevereiro de 2006, foram nomeados os docentes a seguir indicados para fazerem parte do júri do concurso para provimento de um lugar de professor associado no grupo de disciplinas de Qualidade Ambiental, com a disciplina de Modelação Ecológica, da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade:

Presidente — Reitor da Universidade Nova de Lisboa.  
Vogais:

Doutor João Carlos de Sousa Marques, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutor João José Oliveira Dias Coimbra, professor catedrático do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.

Doutora Maria de Lurdes Taveira Sadler Simões Gonçalves, professora catedrática do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Armando da Costa Duarte, professor catedrático da Universidade de Aveiro.

Doutor Alexandre Martins Moniz de Bettencourt, professor catedrático da Universidade de Évora.

Doutor Rui Manuel Baptista Ganho, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Doutora Maria Rosa Santos de Paiva, professora catedrática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor Fernando José Pires Santana, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor António da Nóbrega de Sousa da Câmara, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

9 de Fevereiro de 2006. — O Vice-Reitor, *José Rueff*.

## UNIVERSIDADE DO PORTO

### Secretaria-Geral

**Aviso n.º 2670/2006 (2.ª série).** — Por despacho reitoral de 8 de Fevereiro de 2006, e sob proposta do conselho científico da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, foi alterado de 15 para 16 o *numerus clausus* relativo ao curso de mestrado em Ciências da Educação, na área de especialização de Educação, Género e Cidadanias, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação desta Universidade, para a edição de 2005-2007, publicado pelo aviso n.º 8494/2005 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189, de 30 de Setembro de 2005.

9 de Fevereiro de 2006. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos*.

**Despacho (extracto) n.º 4827/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 30 de Janeiro de 2006 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Luís António dos Santos Marques da Rocha, professor auxiliar convidado além do quadro, com 50% do vencimento, do Departamento de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial da Faculdade de Engenharia desta Universidade — reconduzido o contrato por mais cinco anos, com efeitos a partir de 17 de Setembro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

1 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

**Despacho (extracto) n.º 4828/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 30 de Janeiro de 2006 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação, foram designados os seguintes professores para fazerem parte do júri do concurso documental para provimento de uma vaga de professor associado do 1.º grupo (Morfologia) da Faculdade de Medicina desta Universidade, aberto por edital publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 4 de Outubro de 2005:

Presidente — Prof.ª Doutora Maria Isabel Amorim Azevedo, vice-reitora da Universidade do Porto.

Vogais:

Doutora Maria do Carmo Fonseca, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Doutora Maria Leonor Sá Parreira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Doutor António Manuel de Sousa Pereira, professor catedrático do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.

Doutor Artur Manuel Perez Neves Águas, professor catedrático do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.

Doutor Mário Manuel da Silva Leite de Sousa, professor catedrático do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.

Doutor Rogério Alves Ferreira Monteiro, professor catedrático do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.

Doutor Manuel Maria Paula Barbosa, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Doutora Maria Amélia Duarte Ferreira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Doutora Deolinda Maria Valente Alves Lima Teixeira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Doutora Maria Dulce Cordeiro Madeira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

1 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

**Despacho (extracto) n.º 4829/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 31 de Janeiro de 2006 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Doutor Diogo Manuel Ribeiro Ferreira, professor auxiliar convidado além do quadro da Faculdade de Engenharia desta Universidade — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, com efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

1 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

**Despacho n.º 4830/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 8 de Fevereiro de 2006 da vice-reitora Prof.ª Doutora Maria Isabel Amorim de Azevedo, proferido por delegação de competência conferida por despacho reitoral de 9 de Novembro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 226, de 24 de Novembro de 2005, foi constituído pela seguinte forma, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 301/72, de 14 de Agosto, o júri das provas para o título de agregado do grupo III — Prótese Dentária e Oclusão da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto, requeridas pelo Doutor José Albertino da Cruz Lordelo:

Presidente — Reitor da Universidade do Porto.

Vogais:

Doutora Maria Péraire Ardevol, professora titular de Oclusão Prostodontia da Faculdade de Odontologia da Universidade de Barcelona.

Doutor António Emílio Peixoto Vasconcelos Tavares, professor catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa.

Doutor Fernando Jorge Morais Branco, professor catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto.